



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **PROJETO BÁSICO Nº 5/2020 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES**

#### **1. INTRODUÇÃO**

1.1 Em cumprimento ao disposto no art. 6º, inciso IX da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993; à Instrução Normativa TRE-RO n. 004, de 30 de outubro de 2008 e da Resolução TSE nº 23.234/2010, elaboramos o presente projeto básico para a contratação emergencial de empresa especializada no fornecimento e aplicação de vacina contra a gripe para imunização do pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

#### **2. DO OBJETO**

**2.1** Contratação de empresa especializada para fornecimento e aplicação de 480 (quatrocentas e oitenta) doses de vacina contra a gripe **Vacina Influenza Quadrivalente**, a serem aplicadas nos magistrados, servidores efetivos, requisitados e dependentes constantes na lista do PAMS (Programa de Assistência Médica e Social), **além de funcionários terceirizados e estagiários, lotados no interior do Estado e na capital (doses residuais, não aplicadas no interior)**, conforme especificações e quantidades constantes do quadro abaixo:

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QTDE</b>	<b>UND</b>
01	Vacina anti-influenza, quadrivalente, cepa 2020. Ampolas dose única do tipo “seringa preenchida”, na composição preconizada pela OMS (Organização Mundial de Saúde) e o ato vacinal e, <b>ainda, de acordo com todas as regras, condições, prazos e cronogramas detalhados neste PB.</b>	480	Dose única

#### **2.2 Especificações das vacinas:**

2.2.1 Vacina Influenza quadrivalente a ser fornecida a este Regional deverá ter as seguintes especificações:

a) Possuir cepas de vírus em combinação, as quais deverão estar dentro das especificações abaixo descritas (RESOLUÇÃO – RE Nº 3.076, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019 - ANVISA) a saber:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I. um vírus similar ao vírus influenza A/Brisbane/02/2018 (H1N1)pdm09;

II. um vírus similar ao vírus influenza A/South Australia/34/2019 (H3N2)

III. um vírus similar ao vírus influenza B/Washington/02/2019 (linhagem B/Victoria);

IV. um vírus similar ao vírus influenza B/Phuket/3073/2013 (linhagem B/Yamagata)

b) Recomenda-se que o componente A (H3N2) de vacinas não baseadas em ovos para uso na temporada de influenza de 2019 seja um vírus tipo A/Singapore/INFIMH-16-0019/2016 juntamente com os outros componentes da vacina, conforme indicado acima.

c) As vacinas influenza chamadas quadrivalentes deverão estar em conformidade com as especificações definidas pelas resoluções RDC 151/2017/ANVISA e RE ANVISA 3076/2019, em seringa de vidro pré-embazada, com agulha padronizada, estéril e descartável, de aplicação individual, na dosagem de 0,5 ml cada uma, incluindo armazenamento, acondicionamento e aplicação por profissional habilitado (nas localidades onde há cartório eleitoral, no interior do estado, e em Porto Velho/RO) nos beneficiários adultos e pediátricos do TRE-RO, em datas e horários pré-definidos.

d) As vacinas deverão apresentar data de fabricação a partir de outubro de 2019, com prazo de validade mínima de 12 meses, a partir da data de fabricação.

e) Os preços por dose de vacina devem incluir todas as despesas acessórias, com conservação, seringa e aplicação na capital e no interior do estado, não acarretando acréscimos ao valor da proposta.

**2.3 Localidades a serem atendidas, com prioridade para a vacinação no interior do Estado:**

ITEM	LOCALIDADE/UNIDADE	ENDEREÇO	ESTIMATIVA DE DOSES/localidade
------	--------------------	----------	--------------------------------------

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ITEM	LOCALIDADE/UNIDADE	ENDEREÇO	ESTIMATIVA DE DOSES/localidade
1	1ª Zona Eleitoral – Guajará Mirim	Av. Candido Rondon, nº 784 - Tamandaré.	08 doses
2	Sede TRE –RO – Porto Velho	Av. Presidente Dutra, nº 1889 – Baixa União.	307 doses Que poderão serão acrescidas com as doses eventualmente não utilizadas no interior
3	3ª e 30ª Zonas Eleitorais - Ji-Paraná	Av. Marechal Rondon, nº 1218 - Centro.	15 doses
4	Posto de atendimento Eleitoral – Presidente Médici	Av. Macapá, 1763, Ernandes Gonçalves.	01 dose
5	4ª Zona Eleitoral – Vilhena	Rua 545, nº 495 - Jardim América.	10 doses
6	5ª Zona Eleitoral – Costa Marques	Av. Chianca, nº 1159 - Centro.	04 doses
7	7ª, 25ª e 26ª Zonas Eleitorais – Ariquemes	Rua Aquariquara, nº 3631- Setor Industrial.	22 doses
8	8ª Zona Eleitoral – Colorado do Oeste	Av. Marechal Rondon, nº 4056 - Centro.	06 doses
9	9ª Zona Eleitoral – Pimenta Bueno	Av. Castelo Branco, nº 970 - Dos Pioneiros.	09 doses
10	10ª e 27ª Zonas Eleitorais – Jaru	Rua Princesa Isabel, nº 1028 - Setor 2.	07 doses

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>ITEM</b>	<b>LOCALIDADE/UNIDADE</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>ESTIMATIVA DE DOSES/localidade</b>
11	11ª Zona Eleitoral – Cacoal	Rua Monteiro Lobato, nº 1583 - Centro.	10 doses
12	12ª Zona Eleitoral – Espigão do Oeste	Rua Rio Grande do Sul, nº 2664 - Centro.	07 doses
13	13ª e 28ª Zonas Eleitorais – Ouro Preto do Oeste	Rua Café Filho, nº 83 - Da União.	10 doses
14	15ª e 29ª Zonas Eleitorais – Rolim de Moura	Av. São Luiz, nº 4557 – Centro.	14 doses
15	Posto de atendimento Eleitoral – Nova Brasilândia do Oeste	Av. Treze de Maio, 612-688.	02 doses
16	16ª Zona Eleitoral – Cerejeiras	Av. das Nações, nº 1847 - Centro.	08 doses
17	17ª Zona Eleitoral – Alta Floresta do Oeste	Av. Brasil, nº 3068 - Princesa Isabel.	10 doses
18	18ª Zona Eleitoral – Alvorada do Oeste	Rua Monteiro Lobato, nº 4283, Centro.	12 doses
19	19ª Zona Eleitoral – Santa Luzia do Oeste	Rua D. Pedro I, nº 2349 - Centro.	05 doses
20	32ª Zona Eleitoral – Machadinho do Oeste	Av. Rio de Janeiro, nº 3134 - Centro.	06 doses
21	34ª Zona Eleitoral – Buritis	Avenida Porto Velho, nº 1454 - Centro.	03 doses
22	35ª Zona Eleitoral – São Miguel do Guaporé	Avenida Cacoal, nº 965 - Cristo Rei.	04 doses



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ITEM	LOCALIDADE/UNIDADE	ENDEREÇO	ESTIMATIVA DE DOSES/localidade
TOTAL			480 DOSES

**2.4 Poderá haver alteração na quantidade de doses por localidade, à critério da administração.**

**2.5 O procedimento de vacinação DEVERÁ SER REALIZADO OBRIGATORIAMENTE NA SEGUNDA QUINZENA DO MÊS DE ABRIL/2020 e não poderá exceder o prazo de 30 (trinta) dias, observadas as seguintes regras:**

- a) Período da Campanha de Vacinação - realizada nos prédios da Justiça Eleitoral de Rondônia. O Cronograma será apresentado pela empresa vencedora do certame no prazo de 24 horas após o recebimento da Nota de empenho e será submetido à aprovação ou rejeição do gestor do contrato.
- b) A aplicação será responsabilidade da Contratada, a ser realizada por equipe previamente designada para este fim e aprovada pelo gestor do contrato.
- c) A Contratada será responsável pelo armazenamento e conservação das vacinas durante o período de 30 dias, que será o prazo de duração do processo de vacinação (Campanha).

### **3. DA JUSTIFICATIVA**

#### **3.1 Da necessidade:**

3.1.1 A gripe e suas consequências (amigdalite, laringite, sinusite, bronquites e até pneumonias) é uma das doenças virais responsável pelo absenteísmo do servidor, motivado por doença. Anualmente, o Ministério da Saúde realiza campanhas vacinais com o objetivo de prevenir a gripe; no entanto a vacina é disponibilizada gratuitamente somente para as pessoas com mais de 60 anos de idade e para todos os adultos e crianças com alterações crônicas pulmonares ou cardiovasculares, bem como para os profissionais da área de saúde.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.1.2 Desta forma, a aquisição da vacina antigripal para administração aos servidores e demais colaboradores do TRE-RO tem por justificativa, em primeiro lugar, prevenir a gripe e, conseqüentemente, reduzir a taxa de morbidade ocasionada pela doença, reduzir os índices de absenteísmo e atender aos servidores e demais colaboradores que não são contemplados com a distribuição gratuita.

3.1.3 Há de se observar que, quanto maior o número de pessoas imunizadas no âmbito do TRE-RO, menor a probabilidade de ocorrências deste tipo de doenças, que ocasionam, frequentemente, faltas ao trabalho.

### **3.2 Da quantidade:**

3.2.1 A estimativa do quantitativo foi baseada na quantidade de servidores efetivos ativos e inativos, servidores requisitados/cedidos, estagiários e dependentes beneficiários do PAMS, que manifestaram interesse na vacinação por meio do preenchimento de formulário específico disponibilizado na intranet no período de 28/01/2020 à 28/02/2020, bem como o quantitativo de servidores terceirizados.

3.2.2 Verifica-se que a efetividade da imunização é garantida quando maior parcela dos grupos de pessoas é beneficiada.

### **3.3 Da urgência da contratação:**

3.3.1 Este processo foi iniciado para contratação das vacinas por intermédio de licitação na modalidade de pregão eletrônico - como de praxe em anos anteriores - motivo pelo qual estava em elaboração o termo de referência juntado no evento [0507237](#).

3.3.2 Não obstante, no decorrer da tramitação, no dia 12/03/20, a profissional médica deste Tribunal, Dra. Sônia Inês Caixeta, manifestou-se (evento [0513337](#)) pela **compra emergencial** das vacinas em função das medidas que estão sendo adotadas para o enfrentamento ao coronavírus (covid19), nos seguintes moldes:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**MANIFESTAÇÃO Nº 10/2020 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES**

*Em virtude da pandemia do coronavírus e baseada na lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, manifesto-me para a compra emergencial da vacina antigripal e dessa forma o mais rápido possível, imunizar todos os nossos servidores e dependentes..*

*O próprio ministro da Saúde, **Luiz Henrique Mandetta**, antecipou a campanha de vacinação pública contra a gripe no Brasil após o [primeiro caso confirmado de coronavírus](#) no Brasil.*

*A vacina contra gripe não previne contra o coronavírus. As autoridades médicas, porém, avaliam que a imunização facilita o diagnóstico para separar os casos quando há sintomas como febre e tosse, dessa forma quanto menos gripe comum tivermos, mais fácil identificar a doença por coronaavírus e instituímos o tratamento adequado.*

*Encaminho para deliberação superior.*

3.3.3 Registre-se também que o Governo do Estado de Rondônia expediu o **Decreto n. 24.871, publicado no Diário Oficial de Rondônia n. 49, 16/03/2020**, que decreta **situação de emergência** no âmbito da Saúde Pública do Estado e dispõe sobre medidas temporários de prevenção ao contágio e enfrentamento da propagação decorrente do novo Coronavírus, COVI-19.

3.3.4 Em razão dessa manifestação de índole eminentemente técnica emitida por esse profissional habilitado do Tribunal, o Senhor Secretário da SAOFC determinou a adoção das providências necessárias objetivando a cotação de preços para a aquisição direta das vacinas de gripe, com fundamento no **art. 24, IV, Lei 8.666/93**. De fato, estabelece tal dispositivo:

*Art. 24. É dispensável a licitação:*

...

*IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços,*





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;*

3.3.5 Assim, verificado o requisito exigido pelo **inciso I do parágrafo único do art. 26 da Lei n. 8666/93** e também para cumprimento da determinação do Scretário da SAOFC, as unidades competentes expediram a Cotação de Preços n. 002/2020 COMAP para a levantamento dos preços praticados pelo mercado e seleção do fornecedor.

## **4. DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:**

4.1 Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

4.2 Além disso, os serviços pretendidos vão de encontro aos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS traçados no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO deste órgão, a saber:

- Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas.

## **5 DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:**

5.1 A aquisição de medicamentos autorizados, entre os quais vacinas, devidamente autorizados pela ANVISA não possui regramento específico quanto à sustentabilidade legal.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5.2 Contudo está sendo exigido da futura contratada que o transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos da Vacinação, devem obedecer as normas exigidas pela ANVISA.

5.3 Além disso, como o objeto da contratação possui normas específicas quanto a sua produção, distribuição, aplicação e demais exigências aos fornecedores, deverão ser observadas, entre outras, as seguintes:

a) *RESOLUÇÃO – RE Nº 3.076, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019 - ANVISA*

b) *Resolução RDC ANVISA nº 151/2017;*

c) *Resolução RDC ANVISA nº 197, de 26 de dezembro de 2017.*

## **6. DO PREÇO DAS VACINAS**

### **6.1 Justificativa do preço e escolha do fornecedor:**

6.1.1 Para cumprimento dos **inciso II e III do parágrafo único do art. 26 da Lei n. 8666/93** foi expedida a Cotação de Preços n. 03/2020-COMAP (eventos [0517161](#), [0517173](#) e [0517182](#)), que apurou a seguinte resultado:

<b>Item 1: vacinas</b>	<b>480 doses</b>	Empresa 3	
		Evento: <a href="#">0517324</a>	
		Preço unitário	Preço total
		150,00	72.000,00

### **6.2 DA EMPRESA VENCEDORA DA COTAÇÃO DE PREÇOS:**

Comprovado que a empresa CLINICA PORTO VELHO S/S LTDA ofertou o menor preço para o fornecimento e aplicação das vacinas especificadas na Cotação de Preços n. 02/2020-COMAP e que atendeu as condições de habilitação, esta unidade se manifesta que o objeto descrito neste PB possa a ela ser **adjudicado com fundamento no art. 24, IV, da Lei n. 8.666/93.**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

EMPRESA: CLINICA PORTO VELHO S/S LTDA

CNPJ: 14.657.175/0001-80.

**VALOR: R\$ 72.000,00** (setenta e dois mil reais).

ENDEREÇO: Av. Carlos Gomes, 770 - Sala A.

DADOS BANCÁRIOS: Banco do Brasil, AG: 0102-3, CC: 23.558-1

As empresas ALPHACLIN e SAÚDE VACINAS declinaram do interesse em participar da cotação de preços ([0517292](#) e [0517273](#)), restando apenas a proposta da empresa CLINICA PORTO VELHO S/S LTDA.

### **6.3 Da aderência ao planejamento orçamentário:**

6.3.1 As despesas da contratação correrão com recursos do Orçamento Anual de 2020 (Ordinário) deste Tribunal, cuja fonte de recurso, programação orçamentária e natureza de despesa são:

<b>CATEGORIA:</b>	Manutenção Geral (Orçamento Ordinário)
<b>AGREGADOR:</b>	Assistência Médica e Odontológica
<b>DESPESA AGREGADA:</b>	Material de Consumo Médico e Odontológico
<b>PLANO INTERNO:</b>	AMO MATMEDO
<b>VALOR:</b>	<b>R\$ 72.000,00</b>

## **7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E HABILITAÇÃO EXIGIDA DOS COTANTES**

### **7.1 Habilitação fiscal, trabalhista e CNJ:**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Certidão única abrangendo a regularidade das Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros) ou Certidão Positiva de Débito Com Efeitos de Negativa - CPD-EN;

b) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

d) comprovação de inexistência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

7.1.1 Caso a cotante não apresente, junto com a cotação de preços, os documentos comprobatórios das exigências contidas neste item, a própria Administração fará a consulta nos respectivos sites oficiais da internet.

**7.2 habilitação técnica:**

7.2.1 A cotante deverá apresentar, junto com a cotação de preços, os seguintes documentos comprobatórios de sua habilitação técnica:

a) Declaração de que cumpre todas as exigências contidas na *Resolução RDC ANVISA nº 197, de 26 de dezembro de 2017*, conforme Anexo I;

b) Licenciamento emitido pelo órgão competente de vigilância sanitária, que comprove a liberação específica para atuar no ramo de fornecimento, com a devida liberação para aplicação de vacinas fora do endereço constante da licença sanitária, *Resolução RDC ANVISA nº 197, de 26 de dezembro de 2017*, para empresa que fornecer e praticar o ato vacinal, ou vier subcontratar o ato vacinal;

c) Termo de compromisso da empresa no qual se comprometa a exigir da subcontratada, se houver, todos os documentos exigidos na *Resolução RDC ANVISA nº 197, de 26 de dezembro de 2017*, conforme Anexo I;

d) Atestado (s) de capacidade técnica em nome da licitante, fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, que comprove (m) o fornecimento e aplicação de pelo menos 200 (duzentas) doses de vacina.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**7.3 Juntamente com a cotação deverão ser enviados os documentos** de comprovação fiscal listados no item 7.1 da cotação e os documentos de habilitação técnica listados no item 7.2 da cotação. As comprovações do item 7.1, se ausentes, poderão ser verificadas pela Administração. Durante a fase de análise da cotação poderá a Administração fazer diligências para comprovação dos requisitos de habilitação e, se necessário, abrir prazo mínimo, razoável e necessário, para esclarecer dúvidas ou, eventualmente, para juntada de novos documentos.

7.4 As condições de participação foram definidas no instrumento da cotação de preços.

### **7.5 Da validade e do critério de aceitação da proposta:**

7.5.1 A Cotação de Preço deverá ser devolvida pela interessada no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do seu recebimento. A não observância do prazo poderá caracterizar o desinteresse por parte dessa empresa.

7.5.2 O prazo de validade da Proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

7.5.3 As empresas que desejarem participar deverão apresentar suas propostas assinadas com o preço unitário e total das doses de vacina. O setor responsável pelo processamento da cotação confirmará as especificações cotadas.

7.5.4 Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais e trabalhistas, frete, lucro, encargos de mão de obra, e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Cotação de Preços quer seja em relação ao fornecimento dos materiais, como também da obrigação acessória de aplicação, com todos os custos diretos e indiretos daí decorrentes; custos de armazenamento, transporte, descarte correto dos insumos e apresentação de profissionais habilitados para execução do ato vacinal.

7.5.5 Sagrar-se-á vencedora da cotação de preços a empresa que ofertar o **MENOR PREÇO** para o fornecimento e aplicação da totalidade das doses, observado o cumprimento dos requisitos de participação e habilitação definidas neste procedimento.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **8. DO CONTRATO**

#### **8.1 Regras Gerais:**

I - O Contrato de fornecimento será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

II - Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

III - A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela adjudicatária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela compromissária.

IV - A compromissária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

V - Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução da compromissária.

VI - Além das disposições previstas nesta cotação de preços, aplicam-se à relação contratual o disposto na Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE-RO n. 004/08 e, supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.

VII - O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando-se também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 81 da Lei n. 8.666/93), além das demais sanções legalmente estabelecidas nesta cotação.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **8.2 Da possibilidade de subcontratação:**

8.2.1 O serviço de aplicação das vacinas poderá ser subcontratado, desde que a(s) empresa (s) subcontratada (s) atenda (m) às exigências constantes no item 7.2 (habilitação técnica) desta PB. As responsabilidades de todas as obrigações assumidas são inteiramente da empresa contratada.

8.2.2 Em caso de subcontratação, a empresa contratada deverá apresentar os referidos documentos da empresa subcontratada que executará o ato vacinal no prazo máximo de 48h após o recebimento da nota de empenho.

### **8.3 Obrigações iniciais da contratada:**

I - Após o recebimento da Nota de Empenho, a contratada terá 2 (dois) dias úteis para apresentar ao gestor do contrato:

a) Cronograma de aplicação nas unidades e endereços indicadas nesta cotação de preços, contemplando pelo menos 2 horas úteis em cada localidade no interior do Estado e 24 horas na Capital, o qual deverá ser analisado e aprovado pelo gestor do contrato;

b) O cronograma será analisado pela Gestão do Contrato em 1 (um) dia útil. Em caso de rejeição, a contratada terá 1 (um) dia útil para as adequações necessárias;

II - Preferencialmente, serão observados os horários de 8h às 12 horas e 14h às 18 horas, podendo esse horário ser alterado, desde que com anuência de um representante da Seção de Assistência Médica Social (SAMES), após serem ouvidas as unidades beneficiárias.

III - Nos casos em que todos os beneficiários da localidade tenham sido devidamente vacinados, não será necessário aguardar o cumprimento do horário determinado.

IV - Dados técnicos das doses a serem aplicadas: A SAMES disponibilizará à contratada, juntamente com a Nota de Empenho, listagem contendo o nome dos beneficiários, por localidade, a qual deverá ser devolvida ao gestor, devidamente preenchida com os dados das doses aplicadas, assinatura do vacinador e dos beneficiários vacinados, juntamente com a Nota Fiscal para



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pagamento, e servirá como prova da efetiva realização do objeto desta cotação de preços,

V - O prazo para aplicação das vacinas não poderá ser superior de 30 (trinta) dias corridos, a contar da aprovação do cronograma, pelo gestor do contrato.

**8.4 Demais obrigações da contratada:**

I – Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas nesta cotação de preços e na legislação específica aplicável aos serviços;

II - Manter, durante todo período de execução, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao TRE-RO a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

III - Realizar o fornecimento do material e realizar as aplicações (ato vacinal), conforme cronograma por ela elaborado e aprovado pelo gestor do contrato, observando o prazo de execução, a quantidade de aplicações, especificações técnicas das doses e as localidades (capital e interior);

IV - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da solicitação do gestor do contrato, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

V - Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de o CONTRATANTE proceder ou não à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

VI - Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do TRE-RO;

VII - Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e aplicação das vacinas;

VIII - Manter as vacinas em temperatura segura durante o transporte e acondicionamento que antecede a aplicação;





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IX - Realizar o descarte seguro de agulhas, seringas e demais produtos utilizados nas atividades de vacinação, de acordo com as normas específicas;

X - Dispor de meios para armazenamento e transporte adequado das vacinas, garantindo a sua perfeita conservação, conforme as normas técnicas emitidas pela Fundação Nacional de Saúde/FUNASA e as especificações do fabricante;

XI - Dispor de equipamento para controle de temperatura, conforme padrões estabelecidos pela Fundação Nacional de Saúde/FUNASA;

XII - Dispor de pessoal habilitado, com diploma de curso técnico de enfermagem, para desenvolver as atividades de vacinação, conforme as normas técnicas da Fundação Nacional de Saúde/FUNASA;

XIII - Utilizar somente vacinas registradas no Ministério da Saúde;

XIV - Estar habilitada a realizar as atividades de vacinação, obedecendo às normas técnicas da Fundação Nacional de Saúde/FUNASA;

XV - Apresentar, em até 48 horas antes do início da vacinação, relação nominal da equipe de profissionais treinados e que se encarregarão de executar os serviços de imunização com os respectivos comprovantes de registro nos Conselhos Profissionais, comprovando pertencer ao quadro da CONTRATADA responsável pela aplicação da vacina;

XVI - Avaliar as condições de saúde do vacinando e, em caso de impedimento, não realizar a vacina, anotando a justificativa em relatório;

XVII - Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;

XVIII - Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto do Contrato;

XIX - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto da contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor definido contratado, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei 8.666/93, estando às supressões acima desse percentual condicionadas a acordo entre as partes, conforme inciso II do parágrafo 2º do mesmo diploma legal;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XX - Não contratar, na vigência da contratação, empregados ou admitir em seu quadro societário pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

XXI - A destinação das vacinas e seringas utilizadas deverá seguir o Regulamento Técnico para o Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, estabelecido pela RESOLUÇÃO RDC Nº 306, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

**8.5 Obrigações do contratante:**

I - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas nesta Cotação de Preços;

II - Apresentar lista de beneficiados por localidade juntamente com a Nota de Empenho;

III - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do avençado;

IV – Atestar, se regulares, a conformidade da aplicação das vacinas;

V - Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição das vacinas em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

VI - Disponibilizar local para realização de aplicação da vacina, na capital;

VII – Garantir o acesso do pessoal responsável pela aplicação da vacina às dependências do TRE-RO e cartórios, no interior do estado;

VIII - Fazer a divulgação da vacinação com informações de local, data e horário de sua realização;

IX - Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte dessa;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

X - Receber de forma definitiva, até 05 (cinco) dias úteis após o término da execução do cronograma, condicionado à apresentação da lista de beneficiário vacinados, com as devidas assinaturas e informações sobre as doses aplicadas, juntamente com Nota Fiscal.

XI – Pagar à contratada pelos serviços regularmente prestados, de acordo com as seguintes regras e condições:

a) O pagamento será realizado de acordo com a quantidade de vacinas fornecidas e aplicadas, conforme listagem assinada pelos beneficiários a ser apresentada juntamente com a Nota Fiscal para pagamento, ficando a cargo do gestor e fiscal do contrato realizar essa apuração até o 5º (quinto) dia após a entrega da Nota Fiscal. O pagamento será realizado após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo fiscal do contrato, e precedida mediante ordem bancária ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil contado da data em que a Nota Fiscal for atestada, sendo efetuadas as retenções legais.

b) O gestor fará uso da listagem de beneficiários imunizados para atestar a Nota Fiscal.

c) No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal e/ ou a Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho e ao CNJ.

d) Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada.

f) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)/365$$

$$I = (6/100)/365$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

g) A compensação financeira prevista neste item cobrada em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

## **9. DAS SANÇÕES**

**9.1 SANÇÕES MORATÓRIAS:** O descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a celebração do contrato, sujeita a contratada à multa moratória, consoante o art. 86 da Lei n. 8666/93, na forma seguinte:

I – 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da Nota de Empenho por dia de atraso na execução dos serviços, até o máximo de 5% (cinco por cento), o que poderá configurar a inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

II - Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do empenho no caso de inexecução parcial das obrigações assumidas;

III - 20% (vinte por cento) do valor do empenho no caso de inexecução total da obrigação assumida.

IV – Também poderão ser aplicadas multas moratórias pelas infrações cometidas e o grau respectivo, na forma indicada nas tabelas 1 e 2 adiantes:

<b>Tabela 1</b>	
<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1	2% DO VALOR TOTAL CONTRATADO
2	4% DO VALOR TOTAL CONTRATADO
3	6% DO VALOR TOTAL CONTRATADO
4	8% DO VALOR TOTAL CONTRATADO

<b>Tabela 2</b>	
<b>INFRAÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
Suspender ou interromper, por dia e por unidade de atendimento, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a entrega de vacinas. Por evento.	4
Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais. Por evento.	4
Não manter as condições necessárias para conservação das doses em razão da não observância dos incisos VIII, X e I do item 4.2 das obrigações da Contratada.	4
Contratar o serviço de aplicação das vacinas, de maneira que o ato vacinal não seja realizado por profissionais legalmente habilitados. Por evento.	4
<b>Deixar de:</b>	
Efetuar a troca dos produtos que não atenderem às especificações do objeto, no prazo de 24 horas, contados do recebimento da solicitação. Por produto.	4
Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do TRE-RO, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante fornecimento do material. Por evento.	3
Manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação exigidas no Edital. Por infração.	2
Respeitar as normas e procedimentos de controles internos, inclusive de acesso às dependências do TRE-RO. Por infração.	3
Comunicar à Administração do TRE-RO qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados. Por evento.	1
Apresentar documentações exigida pelo inciso XV do item 4.2 das obrigações da Contratada. (por dia de atraso).	2

V – Demais descumprimentos de determinação do fiscal ou do gestor do contrato para cumprimento de obrigação estipulada neste instrumento, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, tais como regularidade perante o SICAF, à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça:

- a) primeiro atraso injustificado de 01(um) dia útil: multa de 1% (um por cento), aplicada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa;
- b) segundo atraso injustificado de 01(um) dia útil: multa de 2% (dois por cento), aplicada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa;
- c) terceiro atraso injustificado de 01(um) dia útil: multa de 3% (três por cento), aplicada sobre o valor da Nota de Empenho da Despesa;
- d) quarto atraso injustificado de até 01 (um) dia útil ou primeiro atraso injustificado superior a 01 (um) dia útil poderá caracterizar como inexecução contratual.

**5.2 SANCÕES PUNITIVAS:** Poderão ser aplicadas à contratada, nos termos do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas em edital e seus anexos, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa sobre o valor do contrato e fixada de forma proporcional à extensão e gravidade da inexecução perpetrada, cumulada com as multas moratórias e, se cabível, com as demais sanções previstas neste TR, de até 30% (trinta por cento);
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**5.3** Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida nesta cotação de preços, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

5.4 O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário).

5.5 A multa eventualmente imposta ao contratado será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário).

5.6 Quando o valor do pagamento a que fizer jus o contratado não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei nº 6.830/80).

5.7 Se a contratada não recolher o valor da multa ou da condenação, eventualmente aplicadas, dentro estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

5.8 No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 2º da Lei n. 10.522/02);

5.9 Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE/RO – CAI2.

5.10 As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

5.11 O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

## **6. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

6.1 A Gestão do contrato será realizada pelo titular da **Seção de Assistência Médica Social do TRE-RO**, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008

6.2 A fiscalização do contrato será realizada pela servidora Elisangela Alves Silva Tivanello, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008

6.3 A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

6.4 A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços.

6.5 Os procedimentos adotados são os previstos na cotação de preços, neste PB, na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 e na legislação em vigor.

## **7. ANEXOS**

7.1 Constituem anexos deste PB o formulário de cotação de preços n. 03/2020-COMAP ([0517173](#)) e seu Anexo I ([0517161](#)).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **ELISÂNGELA ALVES SILVA TIVANELLO, Técnico Judiciário**, em 25/03/2020, às 16:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000210-91.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SAMES

ASSUNTO: Contratação emergencial – Fornecimento e aplicação de vacina H1N1 – Lei nº 13.979/2020 – Análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 51 / 2020 - PRES/DG/AJDG**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de procedimento administrativo instaurado por solicitação da Seção de Assistência Médica e Social - SAMES deste TRE-RO ([0496170](#)), objetivando a contratação de empresa especializada para prestar serviços de fornecimento e aplicação de doses de vacinas antigripais para atender as necessidades dos servidores efetivos, requisitados e respectivos dependentes registrados naquela unidade médica, além de funcionários terceirizados e estagiários.

**02.** Registra-se que, inicialmente, tal contratação foi delineada para ocorrer por meio de licitação (pregão eletrônico), contudo, devido a decretação da pandemia do coronavírus e a edição da Lei nº 13.979/2020, sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, optou-se pela contratação emergencial, consoante Manifestação nº 10/2020 – PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES ([0513337](#)) e Despacho nº 45/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0514791](#)).

**03.** Após as adequações procedimentais necessárias nos presentes autos, juntou-se o Projeto Básico nº 5/2020 – PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES ([0517415](#)), apresentando os contornos gerais da contratação pretendida, estimada em R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais) - conforme Cotação nº 003/2020 – COMAP ([0517161](#), [0517173](#), [0517182](#) e [0517324](#)).

**04.** Em seguida, a Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, unidade responsável pela avaliação do Termo de Referência e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Projeto Básico, mediante seu coordenador substituto, considerou estar regular o instrumento acima citado (Análise de Termo de Referência/Projeto Básico nº 39/2020 - [0517500](#)), nos termos das normas gerais de contratações estabelecidas pelos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, da Lei nº 8.666/93 e da IN nº 04/2008 do TRE-RO. Ainda, manifestou-se pela adjudicação do objeto a empresa CLINICA PORTO VELHO S/S LTDA, CNPJ nº 14.657.175/0001-80.

**05.** Por sua vez, a Seção de Programação Orçamentária e Financeira - SPOF procedeu à programação orçamentária e informou a existência do pré-empenho 2020PE0000071, no valor de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), e que a despesa pretendida está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA) - evento [0517516](#).

**06.** Assim instruído, o processo veio para análise desta Assessoria Jurídica. **É o necessário relato.**

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

**07.** Preliminarmente, cumpre registrar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Logo, à luz do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral e dos demais atos normativos que regulamentam as atividades dos Assessores Jurídicos, incumbe a esta Assessoria prestar consultoria ao Tribunal sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

**08.** Quanto ao mérito deste processo, a Lei de Licitações e Contratos prevê em seu art. 24 os casos de contratação direta, ou seja, sem a necessidade da realização de licitação, caracterizando a exceção legal à regra constitucional prevista no art. 37, inciso XXI, da Lei Maior.

**09.** Dentre as hipóteses legais consta a dispensa de licitação em casos de emergência, nos termos do inciso IV, do artigo acima mencionado. Diz o dispositivo legal:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

IV - nos casos de **emergência** ou de calamidade pública, quando caracterizada **urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares**, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e **serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência** ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

(...)

**10.** Depreende-se da leitura da citação acima que é possível a dispensa da licitação quando ocorre situação real que poderá ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, público ou particular.

**11.** Apesar dessa disposição legal, o Presidente da República sancionou a **Lei nº 13.979/2020**, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância Internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, uma vez que o cenário atual sobre esta situação é desfavorável (não há cura ou remédio testado cientificamente para a doença COVID-19, sua letalidade e contágio avançado).

**12.** Entre as várias medidas trazidas pela referida lei, criou-se uma nova hipótese de dispensa de licitação e, principalmente por meio da **Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020**, disciplinou normas licitatórias e contratuais para o período de combate ao coronavírus. Sobre a citada contratação direta excepcional, a Lei prescreve:

Art. 4º É **dispensável** a licitação para aquisição de bens, **serviços**, inclusive de engenharia, e insumos **destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus** de que trata esta Lei. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no [§ 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#), o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

§ 3º Excepcionalmente, será possível a contratação de fornecedora de bens, serviços e insumos de empresas que estejam com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se tratar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Art. 4º-A A aquisição de bens e a contratação de serviços a que se refere o caput do art. 4º não se restringe a equipamentos novos, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

Art. 4º-B Nas **dispensas de licitação** decorrentes do disposto nesta Lei, **presumem-se atendidas as condições de:** [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

I - ocorrência de situação de emergência; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#) (sem grifo no original).

IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

**13.** Infere-se que esta dispensa de licitação não se confunde com a dispensa por emergência ou calamidade do art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93, uma vez que o legislador preferiu criar uma hipótese nova por situação calamitosa, no qual seu fato gerador desencadeia um comprometimento substancial de resposta do Estado para assegurar a saúde e segurança da sociedade, com base legal e requisitos diferente da dispensa por emergência ou calamidade mencionada.

**14.** Cabe frisar que, segundo o comando inserto no art. 4º-B da Lei nº 13.979/2020, para que seja caracterizada esta hipótese, os seus requisitos presumem-se atendidos. Quais sejam:

- ocorrência de situação de emergência;
- necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;
- existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e
- limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

**15.** No caso destes autos, a SAMES objetiva a contratação de empresa para fornecimento e aplicação de 480 (quatrocentos e oitenta) Vacinas Influenza Quadrivalente, apresentando no PB juntado ([0517415](#)) as suas justificativas abaixo transcritas:

### **3.1 Da necessidade:**

3.1.1 A gripe e suas consequências (amigdalite, laringite, sinusite, bronquites e até pneumonias) é uma das doenças virais responsável pelo absenteísmo do servidor,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

motivado por doença. Anualmente, o Ministério da Saúde realiza campanhas vacinais com o objetivo de prevenir a gripe; no entanto a vacina é disponibilizada gratuitamente somente para as pessoas com mais de 60 anos de idade e para todos os adultos e crianças com alterações crônicas pulmonares ou cardiovasculares, bem como para os profissionais da área de saúde.

3.1.2 Desta forma, a aquisição da vacina antigripal para administração aos servidores e demais colaboradores do TRE-RO tem por justificativa, em primeiro lugar, prevenir a gripe e, conseqüentemente, reduzir a taxa de morbidade ocasionada pela doença, reduzir os índices de absenteísmo e atender aos servidores e demais colaboradores que não são contemplados com a distribuição gratuita.

3.1.3 Há de se observar que, quanto maior o número de pessoas imunizadas no âmbito do TRE-RO, menor a probabilidade de ocorrências deste tipo de doenças, que ocasionam, frequentemente, faltas ao trabalho.

(...)

### **3.3 Da urgência da contratação:**

3.3.1 Este processo foi iniciado para contratação das vacinas por intermédio de licitação na modalidade de pregão eletrônico - como de praxe em anos anteriores - motivo pelo qual estava em elaboração o termo de referência juntado no evento [0507237](#).

3.3.2 Não obstante, no decorrer da tramitação, no dia 12/03/20, a profissional médica deste Tribunal, Dra. Sônia Inês Caixeta, manifestou-se (evento [0513337](#)) pela **compra emergencial** das vacinas em função das medidas que estão sendo adotadas para o enfrentamento ao coronavírus (covid19), nos seguintes moldes:

### **MANIFESTAÇÃO Nº 10/2020 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES**

*Em virtude da pandemia do coronavírus e baseada na lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, manifesto-me para a compra emergencial da vacina antigripal e dessa forma o mais rápido possível, imunizar todos os nossos servidores e dependentes..*

*O próprio ministro da Saúde, **Luiz Henrique Mandetta**, antecipou a campanha de vacinação pública contra a gripe no Brasil após o [primeiro caso confirmado de coronavírus](#) no Brasil.*

*A vacina contra gripe não previne contra o coronavírus. As autoridades médicas, porém, avaliam que a imunização facilita o diagnóstico para separar os casos quando há sintomas como febre e tosse, dessa forma quanto menos gripe comum tivermos, mais fácil identificar a doença por coronavírus e instituímos o tratamento adequado.*

*Encaminho para deliberação superior.*

3.3.3 Registre-se também que o Governo do Estado de Rondônia expediu o **Decreto n. 24.871, publicado no Diário Oficial de Rondônia n. 49, 16/03/2020**, que decreta **situação de emergência** no âmbito da Saúde Pública do Estado e dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio e enfrentamento da propagação decorrente do novo Coronavírus, COVI-19.

(...)

**16.** Verifica-se que a unidade solicitante esclarece que a imunização pretendida com a contratação em análise é medida necessária





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

para combater a pandemia no Brasil, pois, ao proteger os servidores e colaboradores, a hospitalização por esta doença diminui, ajudando a não colapsar o sistema de saúde que focará seus esforços para o COVID-19, bem como facilitará na diferenciação entre a gripe e a doença desencadeada pelo coronavírus.

**17.** Embora haja presunção de legitimidade e veracidade da situação de calamidade, fica evidente a situação real de emergência, que decorre de um fato previsível no qual não pode ser evitado, que justifica esta dispensa de procedimento licitatório, tendo em vista o contido na justificativa dos fatos ocorridos e da necessidade de contratação emergencial retratados no PB ([0517415](#)).

**18.** A imediata efetivação, por meio de contratação com terceiro, do objeto destes autos, segundo as especificações e quantitativos tecnicamente apurados, demonstra-se o meio adequado, efetivo e eficiente para afastar o risco iminente detectado, conforme é possível verificar-se no PB apresentado pela unidade solicitante. Não é vislumbrada pela unidade outra saída mais adequada, efetiva e eficiente para evitar os riscos e danos previstos.

**19.** Está demonstrado nos autos que o cenário não é o normal, logo não é possível observar o procedimento licitatório ordinário, com atendimento de todos os prazos e formalidades sem que isso possa implicar riscos à Justiça Eleitoral. Para situações de emergência, as medidas também devem ser de emergência, com ações imediatas e eficientes, entretanto, sem olvidar dos cuidados exigidos pelo Tribunal de Contas da União.

**20.** A respeito disso, Antônio Carlos Cintra do Amaral traz a seguinte lição:

A emergência é, a nosso ver, caracterizada pela inadequação do procedimento formal licitatório ao caso concreto. Mais especificamente: um caso é de emergência quando reclama solução imediata, de tal modo que a realização de licitação, com os prazos e formalidades que exige, pode causar prejuízo à empresa (obviamente prejuízo relevante) ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou bens, ou, ainda, provocar a paralisação ou prejudicar a regularidade de suas atividades específicas. Quando a realização de licitação não é compatível com a solução necessária, no momento preconizado, não se caracteriza a emergência (Licitações nas Empresas Estatais. São Paulo, McGraw Hill, 1979, p.34).

**21.** Como verificado junto aos doutrinadores, os requisitos para que ocorra a contratação direta, de forma lícita, fundamentada nos casos de emergência, podem ser resumidos no binômio: **necessidade e eficácia**. Vale dizer, necessidade da plena demonstração da potencialidade





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do dano e eficácia da contratação para elidir tal risco. O binômio está atendido no caso sob análise, consoante circunstâncias narradas pela SAMES no instrumento técnico (0517415), o que demonstra efetivamente que a contratação pretendida é a via *disponível e efetiva* para eliminar o risco e danos previstos.

**22.** Neste caso, é inegável que aguardar a solução dos problemas atestados no PB ensejará possíveis prejuízos aos serviços, portanto, o administrador não pode permanecer inerte diante desses fatos que reclamam providências que sirvam para rebater e conter as situações calamitosas.

**23.** No Projeto Básico, infere-se que a contratação é necessária e suficiente para manter a continuidade dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral, e, conseqüentemente, evitar as conseqüências daí decorrentes, caso tal medida não seja adotada.

**24.** Vale destacar que, embora haja contratação direta, cabe à Administração envidar esforços para que às justificativas contidas nestes autos apresentem solução efetiva o mais rápido possível, evitando-se ao máximo, novas contratações de maneira emergencial, decorrentes dos fatos narrados no presente feito.

**25.** Apesar de o art. 26 da Lei nº 8.666/93 não abranger em seu texto este tipo de contratação direta ora estudada, é salutar apresentar nos autos os elementos mínimos de instrução prescrito neste artigo, que se aplicam ao caso concreto: a) razão da escolha do fornecedor ou executante (inciso II, parágrafo único); e b) justificativa do preço (inciso III, parágrafo único).

**26.** Ademais, a Lei nº 13.979/2020 dispõe especificamente sobre a sistemática de realização da estimativa de preços, *in verbis*:

Art. 4º-E Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o **caput** conterá: [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

(...)

**VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros:** [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

a) Portal de Compras do Governo Federal; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)

b) pesquisa publicada em mídia especializada; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)
- d) contratações similares de outros entes públicos; ou [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#)
- e) **pesquisa realizada com os potenciais fornecedores;** e [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#) (sem grifo no original)

**27.** Com relação à análise da escolha da pretensa contratada (CLINICA PORTO VELHO S/S LTDA, CNJP nº 14.657.175/0001-80), a unidade solicitante traz sua justificativa no item 6 do Projeto Básico ([0517415](#)). Em suma, destaca que a empresa é especializada na prestação descrita no objeto do PB.

**28.** Deve ser feito uma ressalva quanto à cotação de preços. Conforme verificado, em razão do pouco tempo disponível, a unidade solicitante utilizou-se de cotação de preços no mercado local, selecionando a empresa com a proposta de menor preço para o Poder Público, o que representa, também, sua compatibilidade com o preço médio de mercado. Além de ter sido constatado, após diligências, a impossibilidade de outras empresas atenderem aos requisitos do PB devido à escassez da distribuição das vacinas ocasionada pelo surto de coronavírus.

**29.** Desta forma, observa-se que a escolha da empresa se baseou no menor preço exequível ofertado durante a cotação de preços realizada, a respeito assim se manifesta a Corte de Contas no Acórdão 1379/2007 Plenário:

Observe rigorosamente, no caso de contratação em caráter emergencial, além do disposto no art. 24, inciso IV, c/c o art. 26, parágrafo único, incisos I a III da Lei no 8.666/1993, com o detalhamento contido na Decisão Plenária no 347/1994, **a necessidade de só efetivar contratações diretas de entidades após comprovação da compatibilidade dos preços praticados com os do mercado, mediante pesquisa de preços, devendo a documentação pertinente constar do respectivo processo de dispensa ou inexigibilidade. Acórdão 1379/2007 - Plenário.** (sem grifo no original)

**30.** Considerando a situação calamitosa e o reduzido prazo de contratação pretendido, não há dúvida de que haveria dificuldade quanto à busca de um preço estimado, tendo em vista que a impossibilidade de se comparar os preços contratados pelos órgãos da Administração Pública, ante a imprevisibilidade da própria circunstância atual ocasionada pela pandemia. Deste modo, observa-se o atendimento dos requisitos recomendados pelo TCU acima expostos e a metodologia de estimativa de preço prevista na Lei nº 13.979/2020.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**31.** Outro aspecto importante a ser mencionado é sobre regularidade fiscal e trabalhista, elas poderão ser dispensadas, consoante a dicção do artigo 4º-F da Lei nº 13.979/2020:

Art. 4º-F Na hipótese de haver **restrição de fornecedores ou prestadores de serviço**, a autoridade competente, **excepcionalmente e mediante justificativa**, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à **regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação**, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição](#). [\(Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020\)](#) (sem grifo no original)

**32.** Destaca-se que há vedação na dispensa de comprovação de regularidade perante a Seguridade Social, pois é obrigação constitucional. O art. 195, § 3º, da Constituição Federal, exige comprovante de regularidade com o INSS e o FGTS de todos aqueles que contratam com o poder público, inclusive nas contratações realizadas mediante convite, dispensa ou inexigibilidade de licitação, mesmo quando se tratar de compras para pronta entrega (Acórdão TCU 1467/2003-Plenário).

**33.** Neste tópico, destaca-se que o artigo 37 da Medida Provisória nº 927, de março de 2020, alterou o prazo de validade da certidão expedida conjuntamente pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Economia, referente aos tributos federais e à dívida ativa da União por elas administrados, *ipsi litteris*:

Art. 37. A [Lei nº 8.212, de 1991](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 47. ....

.....

[§ 5º](#) O prazo de validade da certidão expedida conjuntamente pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Economia, referente aos tributos federais e à dívida ativa da União por elas administrados, será de até cento e oitenta dias, contado data de emissão da certidão, prorrogável, excepcionalmente, em caso de calamidade pública, pelo prazo determinado em ato conjunto dos referidos órgãos.

**34.** Destarte, a certidão expirada neste período de pandemia e com problemas de regularização será prorrogada automaticamente pelo prazo de 90 dias, determinado na Portaria Conjunta nº 555, de 23 de março de 2020. A saber:

Art. 1º Fica prorrogada, por 90 (noventa) dias, a validade das Certidões Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e Certidões Positivas com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND) válidas na data da publicação desta Portaria Conjunta.

**35.** Assim, de tudo o que consta nos autos e, principalmente, que o risco de perigo de prejuízo na prestação do serviço público é iminente, verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação**, podendo ser autorizada com amparo no **art. 4º, da Lei nº 13.979/2020**.

**36.** Noutra parte, considerando que a empresa **CLINICA PORTO VELHO S/S LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.657.175/0001-80, que oferece para o momento as melhores condições no atendimento do objeto e no preço e, ainda, encontra-se regularmente **habilitada** a contratar com a Administração, conforme item 4 do PB ([0517415](#)), esta Assessoria entende ser possível a adjudicação, pela autoridade superior, do objeto deste processo à referida empresa.

### **III – CONCLUSÃO**

**37.** Ante o exposto, esta Assessoria Jurídica opina nos seguintes termos:

**a)** amparado na preservação da segurança da saúde dos servidores e colaboradores, pela **POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO** da empresa **CLINICA PORTO VELHO S/S LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.657.175/0001-80, de forma direta, por **dispensa de licitação**, com amparo no **art. 4º, da Lei nº 13.979/2020**;

**b)** pela manifestação quando ao **reconhecimento** da situação de dispensa pela SAOFC (art. 17, VIII da IN nº 04/2008), bem como pela **ratificação** do ato de dispensa pela Diretoria-Geral ou Presidência, de acordo com a alçada de competência (art. 17, inciso IX da IN nº 04/2008);

**c)** **ADJUDICAÇÃO**, observando a manutenção da regularidade documental, do objeto do certame à empresa citada, tendo em vista que é o único



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fornecedor disponível no mercado com proposta condizente com a realidade no valor de **R\$ 72.000,00** (setenta e dois mil reais); e

**d)** segundo o comando inserto no art. 4º, § 4º, da Lei nº 13.979/2020, entende-se desnecessária a publicação na imprensa oficial, uma vez que este dispositivo legal prevê apenas a disponibilização das contratações ou aquisições realizadas com fundamento nesta Lei no site oficial específico, no caso em tela, o **site do TRE-RO**. Todavia, aconselha-se que a publicação da contratação, também, se dê no **Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral** em homenagem ao princípio da publicidade.

**38.** Por seu tempo, constata-se que o Projeto Básico ([0517415](#)), possui, sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 4º-E, da Lei nº 13.979/2020, assim como está em conformidade com as disposições da **IN TRE/RO nº 004/08, podendo apresentar á autoridade competente para análise e aprovação.** Contudo, nota-se que a fundamentação legal sugerida neste documento (art. 24, IV, da Lei 8.666/93) está divergente com a indicada neste opinativo (art. 4º - E, da Lei nº 13.979/2020), sendo portanto pertinente sua correção no referido instrumento técnico, caso seja acolhido o entendimento desta Assessoria Jurídica.

**39.** Considerando a forma usual de contração dessas empresas, entende-se **dispensada a formalização de contrato**, substituído, no caso, pela **Nota de Empenho** nos termos do **art. 62 da Lei nº 8.666/93**, instrumento **idôneo e suficiente** para regular a relação contratual, sendo de boa prática o envio de cópia do PB à empresa contratada.

Submete-se a consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, Analista Judiciário, em 30/03/2020, às 16:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 30/03/2020, às 16:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000210-91.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SAMES

ASSUNTO: Dispensa de Licitação – Contratação emergencial –  
Fornecimento e aplicação de vacina H1N1 – Lei nº 13.979/2020 – contratação  
direta.

**DESPACHO Nº 453 / 2020 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Seção de Assistência Médica e Social - SAMES deste TRE-RO, objetivando a contratação de empresa especializada para prestar serviços de fornecimento e aplicação de doses de vacinas antigripais, para atender as necessidades dos servidores efetivos, requisitados e respectivos dependentes registrados naquela unidade médica, além de funcionários terceirizados e estagiários, conforme o Termo de Abertura ([0496170](#)).

Inicialmente a presente contratação foi delineada para ocorrer por meio de licitação (pregão eletrônico), contudo, devido a decretação da pandemia do coronavírus e a edição da Lei nº 13.979/2020, sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, optou-se pela contratação emergencial, consoante Manifestação nº 10/2020 – PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES ([0513337](#)) e Despacho nº 45/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0514791](#)).

Depois de efetuadas as adequações procedimentais, a unidade demandante juntou o Projeto Básico n. 5/2020 ([0517415](#)), contendo o objeto, a justificativa, quantidade, o valor e a previsão de aquisições, aderência ao plano orçamentário, critérios de aceitação do objeto e específicos de habilitação, do contrato, obrigações das partes, do pagamento, das penalidades, fiscalização e gestão.

Após análise a COMAP manifestou-se pela regularidade do Projeto Básico juntado ao evento n. [0517415](#), uma vez que se encontra em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, da Lei n. 8.666/93 e da IN n. 04/2008 do TRE-RO e, pela adjudicação do objeto do presente à empresa CLINICA PORTO VELHO S/S LTDA – CNPJ 14.657.175/0001-80 uma vez que ofertou o menor preço válido para o item da referida cotação de preços ([0517500](#)).





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A SPOF juntou aos autos a Programação Orçamentária (0517516) no R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), com a informação do Pré-Empenho 2020PE0000071, ao final registrando que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA).

Assim instruído, o feito foi encaminhado à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise, a qual, por meio do Parecer Jurídico AJDG Nº 51/2020 (0518721) opinou pela possibilidade de contratação direta da empresa CLINICA PORTO VELHO S/S LTDA – CNPJ 14.657.175/0001-80, por dispensa de licitação, nos termos do art. 4º, da Lei nº 13.979/2020; pela aprovação do Projeto Básico 5/2020 – PRE/DG/COEDE/SAMES (0517415), bem como pela possibilidade de substituição do instrumento de contrato por nota de empenho para regular a relação contratual.

Por sua vez, o Secretário SAOFC manifestou-se pela aprovação do Projeto Básico e pela contratação direta, por dispensa de licitação, da empresa que ofertou a melhor proposta válida, fundamentando sua manifestação nas razões expostas no parecer jurídico da AJDG e pela publicação da dispensa apenas no Diário da Justiça Eletrônico - DJE e no Portal da Transparência, em respeito ao princípio da publicidade, haja vista que o valor da contratação não supera o patamar da dispensa legal, nos termos da Decisão TCU n. 1.336/2006 – Plenário e pela desnecessidade de alteração do Projeto Básico sugerido no item 38 do Parecer Jurídico (0519220).

Vieram os autos para apreciação desta Diretoria-Geral.

Inicialmente, verifica-se que a contratação pretendida deve ser processada, por dispensa de licitação, com fundamento no art. 4º, da Lei nº 13.979/2020, legislação esta que trouxe nova hipótese de dispensa de licitação, disciplinado por meio da Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, que não se confunde com a dispensa por emergência ou calamidade do art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93, tendo em vista que o legislador foi pontual ao criar uma hipótese nova por situação calamitosa, não fazendo resmissão a já existente na Lei de Licitações.

Dos elementos constantes nos presentes autos se extrai que todos os requisitos exigidos na art. 4-B da novel legislação restaram atendidos ante a demonstrada situação de emergência que se instalou em todos os setores da Administração Pública, de modo que se faz necessário o





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pronto atendimento da referida situação que oferece riscos à segurança dos servidores e colaboradores, bem como a continuidade da prestação dos serviços conforme justificativa constante nos item 3.1 e 3.3 do PB juntado ao evento n. [0517415](#).

Além disso, como bem registrado no parecer da ADJG ([0518721](#)), em seu item 19, resta demonstrado nos autos que o cenário não é o normal para deflagração de procedimento licitatório ordinário, com atendimento de todos os prazos e formalidades, sem que isso possa implicar riscos à Justiça Eleitoral, de modo que, ante a situação de emergência, as medidas também devem ser de emergência, com ações imediatas e eficientes, entretanto, sem olvidar os cuidados exigidos nos normativos que regem a matéria e determinados pelo Tribunal de Contas da União.

Há justificativa para a contratação pretendida, tendo em vista atender demanda de caráter emergencial a fim de evitar prejuízos a continuidade dos serviços públicos, bem como resguardar a saúde de todos os magistrados, servidores efetivos, requisitados e dependentes constantes na lista do PAMS (Programa de Assistência Médica e Social), além de funcionários terceirizados e estagiários, lotados no interior do Estado e na capital.

Registrando-se que, nos termos anotados no item 3.3.2 do PB ([0517415](#)), em que pese, a referida aquisição das vacinas não prevenirem contra o novo coronavírus, as autoridades médicas avaliam que a imunização facilita o diagnóstico para separar os casos, quando há sintomas como febre e tosse. Dessa forma diminuindo-se os casos de gripe comum, mais fácil será identificar a doença por coronavirus e adotar as medidas cabíveis/adequadas de tratamento.

Em que pese o art. 26 da Lei nº 8.666/93 não abranger em seu texto este tipo de contratação direta em situação emergencial como do caso sob análise, dos autos verifica-se que resta devidamente justificado o preço a ser contratado, uma vez que a cotação executada é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico aplicáveis à todas as contratações diretas, de modo que restam cumpridos, nos termos previstos no art. 26, parágrafo único, incisos I, II e III da Lei nº 8.666/93.

Some-se a isso, que a própria legislação temporária e especial (Lei nº 13.979/2020) reproduziu em seu texto normativo a exigência de estimativas de preços a serem obtidos mediante pesquisas de preços realizadas com potenciais fornecedores (art. 4º-E, § 1º, VI, "e"), o que conforme acima mencionado resta plenamente atendido, uma vez que a



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

escolha da empresa se baseou no menor preço exequível ofertado durante a cotação de preços realizada.

De todas as cotações obtidas verifica-se que a empresa **CLINICA PORTO VELHO S/S LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.657.175/0001-80, foi a que ofertou o menor preço para o fornecimento e aplicação das vacinas especificadas na Cotação de Preços n. 02/2020-COMAP e que atendeu as condições de habilitação ([0517324](#) e [0517042](#)).

No que tange aos critérios de **sustentabilidade ambiental**, o item 5 do PB (0517415) adotou os critérios consagrados de sustentabilidade estabelecendo que, para cumprimento dessas normas, será exigido da futura contratada que o transporte, tratamento e destinação final dos resíduos oriundos da Vacinação, devem obedecer as normas exigidas pela ANVISA.

Verifica-se que o Projeto Básico SAMES (evento 0517415), complementado pela Cotação de Preços (Evento 0517182), encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, da Lei n. 8.666/93 e da IN n. 04/2008 do TRE-RO.

Considerando que no presente contratação haverá entrega imediata e integral do objeto, não resultando obrigações futuras, inclusive assistência técnica, entende-se **dispensada a formalização de contrato**, substituído, no caso, pela **Nota de Empenho**, instrumento **idôneo e suficiente** para regular a relação contratual, nos termos dispostos no subitem 8.1 do PB ([0517415](#)).

Diante do exposto, havendo disponibilidade financeira, com base nas atribuições de competências delegadas através do artigo 1º, inciso I, da Portaria 66/2018/GP, esta Diretora-Geral **RATIFICA** a inexigibilidade apontada pela AJDG e reconhecida pela SAOFC e, por consequência:

**1 - Aprova o Projeto Básico 5/2020 ([0517415](#))**, porquanto possui, sob o aspecto formal, os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX do art. 6º da Lei 8.666/93; após efetuada a alteração sugerida no item 38 do Parecer jurídico 51 ([0518721](#));

**2 - Autoriza a despesa e a contratação**, de forma direta, **por dispensa de licitação**, com fulcro no art. 4º, da Lei nº 13.979/2020, da empresa **CLINICA PORTO VELHO S/S LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.657.175/0001-80, no valor total de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais);



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**3 - Determina a aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental**, nos moldes do item 5 do Projeto Básico 5, com fulcro na Lei 6.938/81; e

**4 - Adjudica o objeto à empresa CLINICA PORTO VELHO S/S LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.657.175/0001-80 e **autoriza a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 72.000,00** (setenta e dois mil reais) em favor da referida empresa; e

**5 - Determina a publicação do ato apenas no Diário de Justiça Eletrônico - DJE**, nos termos do art. 4º, §4º, da Lei n. 13.979/2020, em homenagem ao princípio da publicidade.

Devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade para continuidade dos procedimentos necessários à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 01/04/2020, às 15:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 20200067  
Disponibilização: 03/04/2020  
Publicação: 06/04/2020



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

### **Extrato de Ratificação da Dispensa de Licitação**

Espécie: Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação, com fundamento no artigo 4º, § 2º, da Lei nº 13.979/2020. Contratada: CLINICA PORTO VELHO S/S LTDA, CNPJ n. 14.657.175/0001-80. Nota de Empenho: 2020NE000300, de 01/04/2020, Programa de Trabalho: 02122003320GP0011, Elemento de Despesa: 33.90.30-09. Objeto: Fornecimento e aplicação de 480 (quatrocentas e oitenta) doses de vacina contra a gripe Vacina Influenza Quadrivalente, a serem aplicadas nos magistrados, servidores efetivos, requisitados e dependentes constantes na lista do PAMS (Programa de Assistência Médica e Social), além de funcionários terceirizados e estagiários, lotados no interior do Estado e na capital. Vlr. Unit: R\$ 150; Valor Total da Nota de Empenho: R\$ 72.000,00. Fundamento Legal: Art. 4º da Lei nº 13.979/2020. Justificativa:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Necessidade de aquisição da vacina antigripal para administração aos servidores e demais colaboradores do TRE-RO. Declaração de Dispensa de Licitação em 30/03/2020, por meio do Parecer Jurídico 51/2020/AJDG, por MAIARA SALES DO CASAL, CPF 003.550.682-22, Analista Judiciária e ratificado por MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, CPF n. 716.688.707-97, Assessora Jurídica. Autorizada a Despesa e Ratificada a Dispensa de Licitação em 01/04/2020, por meio do Despacho 453/2020/GABDG, assinado por LIA MARIA ARAUJO LOPES, CPF n. 475.106.849-00, Diretora Geral do TRE-RO. Processo SEI n. 0000210-91.2020.6.22.8000.